

A proposta de educação de Jair Bolsonaro e suas comparações com a Ditadura Militar brasileira

Jair Bolsonaro's education proposal and its comparisons with the Brazilian Military Dictatorship

La propuesta educativa de Jair Bolsonaro y sus comparaciones con la Dictadura Militar brasileña

Eugênio Nunes Silva Brito¹
Magno Vilácio Pereira da Silva²
Daniel Calbino Pinheiro³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender as condições estruturais que condicionaram a qualidade da educação no Governo Militar (1964-1985) e a proposta de educação do Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Pretende analisar as diferenças e semelhanças de concepção sobre a educação de ambos os Governos. Também faz uma reflexão sobre a implantação de uma educação militar como único caminho para se combater a má qualidade da educação e a violência percebida nas escolas. Mostra que o Governo Bolsonaro apontou a implantação de uma educação nos moldes dos colégios militares como único caminho para se chegar a qualidade da educação. Concluiu-se que não é a pedagogia aplicada nos colégios militares a única responsável pelo bom desempenho desses colégios. Percebeu-se também que as IFE's e alguns colégios civis, que tiveram investimento para fomentar a educação, apontaram desempenhos semelhantes e até melhores, e com despesas menores para a sua manutenção ao serem comparadas às despesas elevadas com a manutenção do ensino militar.

Palavras-chave - governo Jair Bolsonaro; militarização das escolas; ditadura militar.

Abstract

This article aims to understand the structural conditions that conditioned the quality of education in the Military Government (1964-1985) and the education proposal of the Government of Jair Bolsonaro (2019-2022). It intends to analyze the differences and similarities of conception about education of both Governments. It also reflects on the implementation of military education as the only way to combat the poor quality of education and perceived violence in schools. It shows that the Bolsonaro Government pointed to the implementation of an education along the lines of military colleges as the only way to reach the quality of education. It was concluded that the pedagogy applied in military schools is not

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Janaúba/MG, Brasil.

E-mail: eugenionunes1182@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4041-9805>

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. Montes Claros/MG, Brasil.

E-mail: magno.vilacio@ufvjm.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6235-4304>

³ Universidade Federal de São João Del Rey-UFSJ. Sete Lagoas/MG, Brasil.

E-mail: dcalbino@ufs.j.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8260-6126>

solely responsible for the good performance of these schools. It was also noticed that the IFE's and some civil schools, which had investment to promote education, showed similar and even better performances, and with lower expenses for their maintenance when compared to the high expenses with the maintenance of military education.

Keywords - Government Jair Bolsonaro ; militarization of schools, military dictatorship.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender las condiciones estructurales que condicionaron la calidad de la educación en el Gobierno Militar (1964-1985) y la propuesta educativa del Gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022). Se pretende analizar las diferencias y similitudes de concepción sobre la educación de ambos gobiernos. También reflexiona sobre la implementación de la educación militar como la única forma de combatir la mala calidad de la educación y la violencia percibida en las escuelas. Muestra que el Gobierno de Bolsonaro apuntó a la implementación de una educación en la línea de los colegios militares como el único camino para alcanzar la calidad de la educación. Se concluyó que la pedagogía aplicada en las escuelas militares no es la única responsable del buen desempeño de estas escuelas. También se notó que los IFE y algunas escuelas civiles, que tenían inversión para promover la educación, mostraron desempeños similares e incluso mejores, y con menores gastos para su mantenimiento en comparación con los altos gastos con el mantenimiento de la educación militar.

Palabras clave - gobierno de Jair Bolsonaro; militarización de las escuelas; dictadura militar.

Introdução

Na data de primeiro de janeiro do ano dois mil e dezenove, o capitão da reserva do exército Jair Messias Bolsonaro assumiu a Presidência da República do Brasil. Eleito de forma democrática, o então presidente teve como vice-presidente o Sr. Antônio Hamilton Martins Mourão, general da reserva do exército.

O Presidente, ao formar sua equipe, nomeou para compor o alto escalão do Governo sete ministros oriundos da classe dos militares. De acordo Assam e Godoy (2018), em reportagem do jornal o Estadão, esse Governo seria composto por mais ministros com formação militar do que o Governo do General Castelo Branco, que deu início à ditadura militar brasileira. Em relação à quantidade de ministros militares, o governo de Jair Bolsonaro se aproximou dos demais governos da Ditadura Militar (1964-1985), porém é de se ressaltar que, nestes governos, havia um número maior de ministérios.

Partindo dessas informações, o presente artigo procura fazer um comparativo da proposta de educação que foi adotada nos governos militares no período de 1964 a 1985 e a

Revista *Devir Educação*, Lavras, vol.7, n.1, e-684, 2023.

proposta de educação que foi propagada pelo governo de Jair Bolsonaro, por meio de um estudo qualitativo, com uma abordagem exploratória, que consiste numa ampla revisão bibliográfica somada a consultas em artigos, jornais e revistas eletrônicas, depoimentos em emissoras de televisão e exibidos na internet.

Como objetivo geral, pretendeu-se compreender as condições estruturais que condicionaram a qualidade da educação no período da Ditadura Militar e a proposta de educação do Governo Bolsonaro. Nos seus objetivos específicos, pretendeu-se analisar as diferenças e semelhanças sobre a percepção de educação no Regime Militar e no Governo atual. Também pretendeu-se refletir sobre a iminência de implantação de uma educação militar como único caminho para se combater a má qualidade da educação e a violência nas escolas.

Como será tratado no decorrer desse artigo, o Governo Bolsonaro pregou uma proposta de educação para atender prontamente o mercado econômico e a militarização das escolas do ensino básico como um meio para se alcançar a qualidade do ensino e a redução dos índices de violência escolar. Pregou-se também a implantação da escola sem partido, que é uma proposta de lei que tem como objetivo minimizar a interferência política dos professores na educação.

O modelo de educação adotado pela ditadura militar brasileira

O governo de Jair Bolsonaro, que foi eleito democraticamente, foi composto por um quadro expressivo de militares na sua formação, tornando inevitável que se façam comparações entre o seu governo e os governos ditatoriais que tomaram o poder em 1964. Percebe-se ao longo desse estudo que o governo reproduziu discursos da época da ditadura, como o combate ao comunismo, formação de mão de obra para atender prontamente as exigências do mercado econômico, implantação da disciplina e da ordem nas escolas e o combate às posições políticas dos professores. É de se ressaltar que foi um combate a posições contrárias ao Governo.

Germano (1990) ressaltou que o golpe de Estado que teve início em 1964 foi resultante de uma ação conjunta dos militares apoiados por setores da classe dominante: burguesia industrial e financeira, latifundiários, alguns intelectuais, setores da igreja católica e

boa parte da classe média. O golpe militar caracterizou-se pelo fortalecimento do executivo em relação aos demais poderes da República.

Situados no tempo e no espaço em que se deu o golpe militar, e por não terem conseguido ascender ao poder pela via democrática, os governos militares utilizaram de diferentes meios para obter a legitimidade do seu Governo. Uma das formas de se obter a legitimidade foi a utilização das políticas educacionais que procuravam fortalecer e dar legitimidade ao Governo, e também agradar à classe burguesa. Paulino e Pereira (2006), esclarecem que a política educacional desse período deve ser encarada como meio adotado pelos militares para assegurar o controle necessário à dominação econômica da classe burguesa, de forma que afastavam os conflitos existentes entre as classes sociais. Para esses pesquisadores, deve-se compreender que a política educacional dos governos militares estava umbilicalmente ligada aos interesses de capitalistas nacionais e internacionais. Dessa maneira, a escolarização da classe trabalhadora brasileira foi direcionada para a formação de mão de obra destinada à indústria, em uma tentativa de conciliar a educação liberal com a economia. Para isso, os governos militares adotaram a Teoria do capital Humano, que subordina a educação às demandas do mercado. Viana e Lima (2010) citando Schultz (1964) esclarecem que a produtividade e o lucro dos capitalistas seriam aumentados se houvessem investimentos em educação que qualificasse a população. Dessa forma os estados deveriam incluir o capital humano como um insumo para atingir o crescimento econômico.

Para Rosário (2016), no período dos governos militares, o poder político estava a serviço dos setores mais poderosos da sociedade, tanto em propagar a ideologia da classe dominante quanto aos seus interesses econômicos. Para isso, o Estado brasileiro atuou como um garantidor dos interesses das grandes corporações internacionais. Além disso, conforme nos esclarecem Ferreira Jr. e Bittar (2008), nesse período os altos técnicos dos governos militares propunham uma educação que conciliasse a organicidade e aumento da produção. Para eles, as políticas educacionais deveriam ser atreladas aos interesses do mercado capitalista. Visando atingir esse objetivo, eles propuseram a universalização do ensino médio e primário, com ênfase no ensino de matemática e das ciências naturais. Quanto ao ensino superior, foi proposto um modelo de educação que focava nas profissões tecnológicas (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008).

Segundo Germano (1990), os governos militares valorizavam a educação nos seus

discursos, contudo a educação pública era relegada a um segundo plano, pois os recursos empregados eram direcionados à acumulação de capital. Por não ser prioridade investir na educação pública, eles, por muitas vezes, conduziram a educação para o controle da atividade privada. Isso não significou desinteresse pela educação, pelo contrário, os militares exerceram um forte controle sobre as atividades educacionais e sobre os educadores e educandos. Controle que se manifestou através da repressão e perseguição a professores e estudantes, eliminando e punindo aqueles que de alguma forma fossem contrários ao Governo. Essa repressão foi canalizada para a atuação dos docentes que passaram a ser vigiados por agentes governamentais e por populares simpáticos ao regime.

Sobre esse período brasileiro, Stampa e Ramos (2019) esclarecem que, com base na Doutrina de Segurança Nacional, foi montado um forte aparato repressor pelo Estado. Destacando a atuação do Sistema Nacional de Informação (SNI) :

A necessidade de reprimir as ideias direcionou os olhares da repressão para as instituições escolares, especificamente para a prática docente, desde o ensino primário até o ensino superior. O magistério tornou-se uma profissão que demandava controle institucional, pois se configurava como um espaço de circulação de conhecimentos que, por vezes, questionavam a ordem ditatorial. Assim, qualquer sinal de crítica docente ao golpe era classificada como atividade subversiva e, culminava em violação de direitos humanos, perseguições, constrangimentos, demissões, desaparecimentos e até mortes. (STAMP; RAMOS, 2016, p. 257).

A partir de 1968, no Brasil, assim como em várias partes do mundo, eclodiram manifestações de jovens contra o sistema político-econômico, contra o autoritarismo e à dominação ideológica da classe burguesa sobre a população proletária (MESSIAS; DINIZ (Org.), 2021). Esses movimentos não eram bem vistos pela camada social conservadora no país. Aliás, a forma como eram percebidos era de serem movimentos nocivos à estrutura conservadora e com potencial para corromper os jovens brasileiros. Para aqueles conservadores, a juventude era facilmente manipulável e, devido a isso, poderia absorver as ideias ditas “comunistas”, que eram tidas como ameaça ao capitalismo e à cultura conservadora. Assim, a partir desta concepção, a força conservadora do país, apoiada por representantes dos diversos setores sociais, como da classe burguesa e cristã, efetivaram uma série de políticas direcionadas aos jovens, com o discurso de afastá-los das influências

comunistas, mas o propósito real era alinhá-los às ideologias e valores daqueles que corroboraram com a ditadura no Brasil (MESSIAS; DINIZ (Org.), 2021).

Segundo Martins (2014), os estudantes, os órgãos relativos à educação e até mesmo o cotidiano no ensino escolar receberam uma ampla atenção do Governo Militar. Atenção essa que abarcou duas formas de agir dos militares: a repressão, vinculada aos movimentos e às manifestações estudantis, e o disciplinamento, associado à reforma da educação básica. Houve então a reformulação curricular do ensino básico e a criação de disciplinas da área das humanidades, que propõem a moralização dos costumes.

Conforme salienta Rosário (2016), as mudanças feitas pela ditadura na estrutura do ensino, superior e básico, tinham como objetivo controlar os estudantes e os professores, pois os sucessivos governos militares acreditavam que o foco da resistência ao regime estava localizado no seio dos movimentos estudantis, dessa forma, os militares procuraram controlar a politização dos estudantes por meio de uma forte repressão a esses movimentos.

A Educação Básica na ditadura

Sobre a atuação dos governos militares na educação, Martins (2014) diz que eles adotaram duas maneiras de agir em relação aos órgãos educacionais e aos movimentos estudantis da época: os movimentos estudantis foram reprimidos, com perseguições, prisões e até mesmo a morte de estudantes; a outra maneira adotada foi o disciplinamento da população. Tal fato foi tentado com a reforma da educação básica. Essa reforma foi feita pela lei 5692/71 (BRASIL, 1971) que reestruturou a educação básica e traçou os objetivos basilares do segundo grau, o qual voltava seus olhares para uma formação mais profissionalizante. Segundo essa autora, essa proposta de reforma e a implantação dos currículos tinham por base três pilares pedagógicos: formar para a adequação; disciplinar o espírito; cultivar a cooperação.

Pouco antes dessa reestruturação da educação básica, o Governo vigente em 1969, por meio do Decreto-lei 869 (BRASIL, 1969), impôs a obrigatoriedade do ensino da disciplina de Educação Moral e Cívica em todas as escolas brasileiras. Conforme é esclarecido por Rostas e Abreu (2016), essa disciplina tinha por objetivo transmitir valores e comportamentos que eram desejáveis pelo Governo, além de ser um mecanismo de controle ideológico, reprodução

e legitimação do regime militar. Para os autores, o papel da escola segundo a lógica dessa disciplina era o adestramento dos educandos. Ela tinha por objetivo a formação do aluno para ser um trabalhador subordinado, obediente, confiável, pontual e assíduo. Essa era a proposta de educação que era apresentada para os filhos do proletariado. Já para os filhos das elites, era focado em uma proposta pedagógica que enfatizava a capacidade de comandar, elaborar e planejar que tinha como objetivo uma maior autonomia dos educandos (ROSTAS; ABREU, 2016).

Ensino militar e escolas cívico-militares no Brasil.

A primeira escola militar no Brasil teve sua fundação registrada no ano de 1889 (BRASIL,1889). Essa escola recebeu o nome de Imperial Colégio Militar, porém após a Proclamação da República passou a ser chamado de Colégio Militar do Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, a Instituição passou a ter sedes em diferentes cidades do país. Antes, fora criado para atender aos filhos dos militares, primando pelo ensino de qualidade (SILVA, 2018). De acordo com o autor, como modelo de colégio militar podemos citar os colégios militares, integrantes do sistema de ensino do exército e os colégios militares ligados à polícia militar dos estados.

Existem 14 colégios militares vinculados ao Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), que ofertam o ensino fundamental e médio. Esses colégios estão localizados em vários Estados do Brasil, sendo eles: Pará, Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul (BRASIL, [ca. 2023]).

Conforme aclara Westin (2019), os colégios militares possuem determinadas regras que precisam ser acatadas pelos seus discentes. Essas regras são típicas da conduta militar, inspiradas em escolas militares de formação de oficiais e praças das próprias Forças Armadas, das Polícias Militares e das escolas dos Corpos de Bombeiros.

Já em relação às escolas cívico-militares, a proposta é de um ensino no nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares. A militarização de escolas públicas começou há cerca de uma década e se intensificou nos últimos anos, sendo que, até o ano de 2021, 127 já estavam militarizadas, distribuídas em 26

estados brasileiros, e com propostas de atender mais 89 vagas em 2022 (WESTIN, 2019; BRASIL, 2022; SANTOS, 2022). Porém, como ressaltou Calçade (2018), nenhum desses colégios se encontrava localizado em comunidades vulneráveis, e sim localizado, em sua grande maioria, em centros urbanos nas grandes avenidas.

A proposta do Governo Bolsonaro era de implantar cerca de 216 escolas cívico-militares pelo país, até o ano de 2023, proposta esta que não pôde ser cumprida devido não ter sido reeleito presidente (SANTOS, 2023). As escolas fariam parte de um projeto conjunto do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa, sendo que os militares apoiariam o corpo docente da escola nas questões gerenciais e pedagógicas (BRASIL, [ca. 2020]).

Acreditava-se que esse tipo de ensino seria o mais indicado para coibir e acabar com a violência nas escolas, dando uma resposta à sociedade que já está abalada com esse aumento. Para o então candidato e ex-presidente Jair Bolsonaro, o sentido de hierarquia faria com que a disciplina e aprendizagem voltassem a fazer parte das escolas (Informação verbal, 2018)⁴.

Método

O artigo foi fundamentado metodologicamente nas descrições de Gil (2002) e Lakatos (2003) sobre a construção metodológica de um trabalho científico, e das orientações da Revista Devir. Sendo assim, enquadra-se numa pesquisa com abordagem exploratória pois lança mão do levantamento bibliográfico para discutir e aprimorar as ideias sobre o tema proposto.

Através do delineamento bibliográfico (GIL, 2002), buscou-se debater as ideias de diferentes autores, em trabalhos científicos e jornalísticos distintos, como artigos, jornais e revistas eletrônicos, simpósios, notas de entidade representativa da sociedade, depoimentos em emissoras de televisão e exibidos na internet, além de pesquisas em sites governamentais sobre o assunto da militarização das escolas brasileiras. Os dados, das bibliografias já tornadas públicas, foram levantados em sites de jornais e revistas eletrônicas, como Folha de São Paulo, Jornal do Senado, O Estado de São Paulo, Band Jornalismo e Exame. Foi utilizado o banco de dados da Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico para obter os textos científicos citados.

4 DEBATE na Band. Band Jornalismo. YouTube, 2018.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c>. Acesso em: 23 abr. 2022.

O método comparativo foi empregado ao se propor comparar historicamente a educação militar no período da Ditadura Militar e o governo Bolsonaro, assim como a influência da economia neoliberal nas políticas educacionais nesses períodos (LAKATOS, 2003).

Resultados

A militarização vista como caminho para alcançar a qualidade na educação e a ordem na sociedade

O então candidato a presidente em 2018, o ex-presidente Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), em debate realizado pela Band (2018), ao ser questionado sobre o atual modelo de educação e investimentos governamentais, disse que “a hierarquia e a disciplina têm que se fazer presentes”. Para ele, há uma inversão de prioridades, onde há muitos recursos financeiros investidos na Educação Superior e poucos recursos para a educação básica. Ele propõe rever o que ele classifica como “gastos”. Ainda afirma que se houver restabelecimento da “autoridade”, pode-se atingir o objetivo de dar uma educação de qualidade para a “garotada” brasileira (informação verbal, 2018)⁵.

Após a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições, e com discursos de combate a “ideologias” implantadas nas escolas, ficou aparentemente claro que o governo procurou apontar um inimigo a ser combatido. Esse inimigo, para eles, são os partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT), que muitas vezes são acusados de serem “comunistas”. Na história da educação brasileira, um dos motivos alegados para o golpe militar de 1964 foi o combate ao comunismo. Assim, o discurso de militarização das escolas civis públicas, proposto por aquele governo atual, assemelhou-se aos discursos que motivaram a estruturação da educação no período do Governo Militar. (ROSTAS; ABREU, 2016; STAMPA; RAMOS, 2019)

Segundo Alessi (2019), os especialistas que acompanharam o desenvolvimento do governo apontaram que as medidas educacionais propostas por ele objetivavam consolidar, nas universidades e escolas, uma ideologia alinhada ao governo, sendo que medidas como

5 DEBATE na Band. Band Jornalismo. YouTube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c>. Acesso em: 23 abr. 2022.

essas são percebidas em governos autoritários pelo mundo. De acordo com o autor, o governo de Bolsonaro era defensor da escola sem partido e para ele as escolas e universidades pregam uma “doutrinação de esquerda”. Por esses motivos, Bolsonaro defendeu a militarização das escolas brasileiras como uma forma de diminuir as ingerências políticas nesses locais. Porém, não há um estudo acadêmico que debata e comprove cientificamente ou desminta essa influência da educação militar para a formação educacional e social dos estudantes (BENEVIDES; SOARES, 2020).

Especulações negativas sobre a qualidade e manutenção da Educação brasileira tiveram respaldos nos anos 90 com a Reforma Gerencial⁶ seguindo as orientações de países desenvolvidos quanto à reestruturação do Estado para se moldar às necessidades capitalistas. Houve ampliação da oferta da educação básica, porém não foi acompanhada de investimentos necessários para se obter um ensino de qualidade. As políticas eram de cunho assistencialista em que as escolas cumpriam além de seu papel, responsabilidades e funcionalidades básicas que não caberiam a ela exercer (GUIMARÃES, 2019). Ademais, a educação passou a ser vista como parte do mercado, onde empresas viam nela a possibilidade de conseguir vantagens financeiras, inicialmente com vendas de apostilas e equipamentos de informática, depois consolidarem-se no mercado de escolas e instituições de ensino superior, e logo depois chegando a gestores de conteúdos educacionais (RICCI, 2019). Essas especulações e o cenário educacional desfavorável corroboraram para o fortalecimento e o surgimento de diversos modelos de gestão militarizada das escolas públicas brasileiras (GUIMARÃES, 2019).

Apontando a militarização das escolas como um caminho de melhora da educação, diminuir a criminalidade e aumentar o desempenho dos alunos nos exames e avaliações institucionais, tendo como meio para isso a militarização das escolas, o Governo de Jair Bolsonaro modificou a estrutura regimental e de cargos do Ministério da Educação, e através do Decreto 9665/2019 (BRASIL, 2019), em seu artigo 16, atribuiu à Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares as seguintes tarefas:

I-criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didático-pedagógicos e de gestão educacional que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação

6 Com inspiração na gestão das empresas privadas, essa reforma era concebida como nova administração pública de gestão (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL ANÁLISE DE DADOS-Seade, 1999).

profissional necessária aos jovens; II-propor e desenvolver um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio; III-promover, progressivamente, a adesão ao modelo de escola de alto nível às escolas estaduais e municipais, mediante adesão voluntária dos entes federados, atendendo, preferencialmente, escolas em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2019).

A proposta era de que o modelo fosse implantado por adesão, como cita o inciso III. De acordo a Subsecretária de Fomento às Escolas Cívico-Militares, Márcia Amarílio, haveria capacitação para todos os envolvidos com a escola militarizada (informação verbal, 2019)⁷. Segundo ela, o objetivo da subsecretaria foi democratizar o ensino de qualidade das escolas militares para as escolas brasileiras como uma forma de resgatar a disciplina e a organização nas escolas públicas de maior vulnerabilidade social. As disciplinas seriam voltadas para a ordem, para a hierarquia, para a disciplina, civismo e patriotismo (Mec, 2019).

Com o discurso de solucionar o problema da violência escolar, o novo modelo de militarização das escolas conseguiu destaque na sociedade civil (GUIMARÃES, 2019). Segundo Ricci (2019), casos de violência nas escolas, com repercussão midiática regional e nacional são usados como argumento para a implantação desse modelo de educação. As pessoas que almejam essa educação para seus filhos, acreditam que a qualidade e a segurança para os estudantes encontram-se na educação militar. (GUIMARÃES, 2019). Além disso, muitas dessas pessoas vivem um saudosismo do período em que estudavam, acreditando numa suposta qualidade do ensino, respeito e educação que se perderam com o tempo, o que acaba por evidenciar o conservadorismo presente nessa ideia (DIAS; RIBEIRO, 2021). Para isso, o modelo militarizado de gestão escolar propõe uma melhora substancial no rendimento escolar dos discentes com a consequente diminuição das reprovações, o que é almejado pelos responsáveis destes, com consequente diminuição do número de reprovações. Há também a proposta de “introdução da disciplina militar com princípios norteados pela hierarquia e disciplina” (GUIMARÃES, 2019, p. 81).

Quanto à questão de levar uma educação militar para as escolas de maior vulnerabilidade social, Silva, Martins e Santos (2022) atentam que os estudantes dessas

7 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Escolas cívico-militares serão implantadas sob demanda. Brasília, 2019. Disponível m:<<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74811-escolas-civico-militares-serao-implantadas-sob-demanda>>. Acesso em: 04 abr 2019.

escolas estão num contexto delicado de fragilidade socioeconômica, e que o investimento a ser feito pelo governo deve priorizar o desenvolvimento intelectual, científico e de consciência crítica, para que os jovens dessas comunidades possam compreender os contextos sociopolíticos, cultural e histórico do mundo que os cerca, compreendendo assim o seu lugar na sociedade, tornando-os seres críticos diante da realidade que os cerca. É o que defende Ricci (2019), que completa dizendo que os debates sobre a autonomia do estudante não são fomentados no país, e que a fundamentação de toda a educação tradicional rejeita essa autonomia em detrimento de uma educação que promove a submissão do aluno.

Em reação a essa pretensão de militarização das escolas públicas municipais e estaduais, por parte do Governo Federal, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (Anped, 2019) lançou uma Nota das entidades nacionais ligadas à educação, em que manifestaram sua preocupação e dúvida quanto aos argumentos do Governo para a implantação desse modelo de educação. A Anped alertou sobre um possível equívoco do governo. Na Nota, foram citados exemplos de escolas públicas, que não eram militares ou militarizadas, que obtiveram melhores resultados evidenciados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)⁸. Como exemplo dessas escolas, foram citados os Institutos Federais e os Colégios de Aplicação partícipes de Universidades Federais. Segundo a Nota, não se deve confundir “boa estrutura, boa carreira docente e ambiente escolar disciplinado” com a militarização, mas sim, sendo compatível com “investimentos públicos, administração profissional e comprometida, observância aos preceitos legais e gestão democrática contando com a participação da comunidade escolar.” (Anped, 2019).

De acordo com essa Nota, a Anped (2019) alegou que há um prejuízo para a formação dos jovens nas escolas militares, quando nelas há uma excessiva valorização da disciplina e da obediência. A nota ainda argumenta que a educação exige uma abertura para a criatividade e para a novidade, onde a comunidade escolar comunga dos conhecimentos e experiências acumuladas e compartilhadas por todos, como processo de aprendizagem. Descreveu ainda que a aprendizagem ocorre em um ambiente aberto ao diálogo e não em um ambiente rígido de disciplina caracterizado pela desumanização e uniformização que a doutrina militar impõe.

⁸ Índice composto, apurado para os períodos da 1a à 4a série, da 5a à 8a série e ao final do 3o ano do ensino médio. Ele pode variar de 0 a 10, e inclui dois indicadores: a) as notas padronizadas para as provas de Matemática e Leitura (Prova Brasil); e b) a taxa média de aprovação (ANDREWS e VRIES, 2012).

Disciplina militar ou maior investimento nas escolas públicas, qual o diferencial?

Acredita-se que a qualidade apresentada pelas escolas militares esteja relacionada com os elevados investimentos nessa modalidade de ensino. Essas escolas recebem muito mais recursos para o desenvolvimento de suas atividades, pagamentos e formação de seus funcionários, além disso, essas escolas apresentam melhor infraestrutura quando comparadas às demais escolas públicas de educação básica, garantindo aos estudantes um ambiente de qualidade, com laboratórios bem equipados e até piscinas. Os professores dessas escolas também são melhores remunerados chegando a receber salário de até R\$ 10.000,00, contrapondo-se ao salário recebido pelos professores no início da carreira das escolas estaduais não militares (GUAGLIANONE, 2018).

Essas escolas receberam nos últimos anos destaque pelo seu desempenho e modelo de disciplina, porém Spautz (2019) destacou que esse modelo de educação é caro, porque recebem maior investimento do que as demais escolas públicas do país. Além disso, há no Brasil outros modelos de educação básica que conseguem alcançar bons resultados, e até melhores do que os das escolas militares e a um custo menor para os cofres públicos.

Conforme Benevides e Soares (2020) o nível socioeconômico alto ou estável dos alunos que entram nas escolas militares pode ter influência no excelente desempenho dessas escolas nos exames de proficiência. Segundo os autores, para ingressar nessas escolas, os concorrentes às vagas devem passar por uma seleção. Essa seleção por si já seleciona apenas alunos com bastante conhecimento e habilidade nos conteúdos escolares. Soma-se a isso o fato de que os filhos de militares, em geral, possuem um poder aquisitivo maior do que a maioria dos alunos das escolas civis. Assim como Benevides e Soares (2020), Saldaña *et. al.* (2019), acredita que os alunos das escolas militares são diferenciados, e essa situação pode influenciar nos bons resultados dos exames realizados por eles. São diferenciados pelas características familiares, pelo acúmulo de conhecimento que apresentam e por serem selecionados entre muitos para ingressarem nessas escolas..

Segundo Andrews e Vries (2012), a questão socioeconômica influencia no desempenho educacional dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com os estudos desses autores, analisando os resultados do IDEB, a partir de 2005,

puderam inferir que quanto maior o número de pessoas do município que se encontravam abaixo do nível de pobreza, menor seria o desempenho escolar dessas pessoas.

Guaglianone (2018) aponta que há um índice menor de vulnerabilidade dos estudantes nos colégios militares, e que a média de custo de cada estudante das escolas militares chega a R\$ 19 mil reais anuais. Esse valor está bem acima do custo de um aluno das redes estadual e municipal de ensino, que em geral tem um custo médio de R\$ 6 mil reais anuais. O autor pontuou que a verba para os colégios militares é quase dez vezes maior que a verba dirigida aos colégios estaduais e municipais.

De acordo com Saldaña et. al. (2019), os resultados apresentados pelas escolas militares nos exames de proficiência podem ser comparados aos resultados de outras instituições públicas de ensino. Segundo os autores, após observações de resultados do Enem de 2017, foram cruzados dados de escolas militares e escolas públicas civis. Os resultados encontrados apontaram que as escolas militares tiveram desempenho similar a algumas escolas públicas civis. Percebeu-se que os alunos de colégios estaduais com o mesmo perfil socioeconômico obtiveram notas acima da média e resultados até melhor do que os dos colégios militares. Esse estudo apontou que no resultado do Enem 2017 tiveram 356, dentre 3578 escolas estaduais não militares, que tiveram resultados melhores que as escolas militares.

Guaglianone (2018) cita o exemplo dos institutos federais que obtiveram excelentes resultados no exame do PISA, em 2015. Para ele, esse modelo de ensino, federal e técnico, seria uma alternativa de ensino para o Brasil. Spautz (2019) também constatou que as escolas federais apresentam resultados semelhantes e até melhores nos exames de proficiências nacionais do que as escolas militares. Ele ressalta que as escolas federais gastam em média 16 mil reais por aluno anualmente. Um valor menor do que os colégios militares que gastam em média 19 mil reais por aluno é bem superior ao que é gasto com um aluno do ensino regular público, que é 6 mil reais. Santos (2022) completa dizendo que o orçamento previsto para as escolas cívico-militares, de acordo com o Programa Nacional das Escola Cívico-Militares (Pecim), no ano de 2022, estava estimado na ordem dos R\$ 65 milhões, sendo quase o dobro do dispensado ao Novo Ensino Médio (R\$ 33 milhões), proposto pelo governo Federal.

Para Spautz (2019) os melhores resultados de desempenho alcançados nas escolas públicas foram de Colégios de Aplicação e Institutos Federais, com ensino técnico paralelo ao

ensino médio. Ela descreveu que, de acordo com os resultados do Enem de 2017, no ranking das 10 melhores instituições públicas do país, estavam escolas públicas do segmento federal (Colégios de Aplicação das universidades federais e a rede dos Institutos Federais) que figuram entre as sete (07) melhores posições. Spautz (2019) destacou que nessa lista aparece apenas um (01) colégio militar do Exército, figurando em 7º lugar. A autora apontou que ainda havia duas (02) escolas estaduais entre as melhores do país. Segundo ela, o bom desempenho dos alunos das escolas da rede federal de ensino pode estar ligado à boa qualificação do corpo docente, composto por um bom número de mestres e doutores e com bons salários. Além disso, os professores dessas escolas recebem salários maiores do que os professores das outras redes públicas para civis, o que possibilita a dedicação integral ao ensino, além de contar com uma boa infraestrutura. Esses fatores, somados ao maior investimento por aluno justificaria os bons resultados.

Contra-pondo-se à realidade financeira da educação militar, Carvalho, Zientarski e Rech (2022) apontam que a política de distribuição dos recursos financeiros para as escolas desfavorece as escolas públicas não militares. Os autores ainda criticam a contrapartida da União, que também é mínima diante das necessidades da educação pública. O descaso não é apenas financeiro, mesmo que ele seja demasiadamente importante, mas há o descaso com a formação e capacitação dos professores, de suas metodologias e aprimoramento dos currículos e materiais didáticos para a formação crítica e integral dos alunos.

Spautz (2019) demonstrou que os professores das IFE's trabalham com dedicação integral e exclusiva ao ensino. Além disso, os Institutos federais investem na pesquisa e na produção do conhecimento. Uma das características desses institutos é a interiorização, onde polos de ensino federal são instalados no interior dos estados, privilegiando parcela da população que reside nessas regiões e que não teriam oportunidades de obter uma formação se não fosse por essa interiorização dos institutos. No entanto, esses institutos a partir do ano 2019, foram atingidos pela redução dos seus orçamentos, o que comprometeu a continuidade de projetos, forçando o reajuste de seus orçamentos, suspensão de ampliação de salas, por exemplo (SPAUTZ, 2019). Por outro lado, os colégios militares não tiveram cortes no orçamento. O recurso para esses colégios esteve resguardado, devido ao orçamento do Ministério da Defesa estar vinculado a essas unidades militares mediante o Exército Brasileiro (FRAZÃO, 2019).

Quanto à questão da disciplina, que é foco permanente na pedagogia militar, no intento de manter a ordem e encerrar a violência nas escolas, Guimarães (2019) alertou para os limites da rigidez com que essa questão é tratada nas escolas militares e as consequências psicológicas que as ações punitivas e restritivas desenvolvidas podem trazer para o aluno. Para Ricci (2019), a repressão e normas rígidas comportamentais impostas por meio da educação militar favorece uma alteração significativa no cotidiano do aluno. Já Calçade (2018) sugere que, para enfrentar o problema da violência dentro e fora das escolas é necessário investimento financeiro.

Guimarães (2019) observa que há uma manipulação de informações sobre as escolas militares. Essa manipulação tem como objetivo fazer com que a população aceite esse projeto de escola como único caminho para a salvação da educação brasileira. Constitui-se em um projeto neoliberal⁹ com propósito de adestramento e conformação para o trabalho. Esse modelo de educação é voltado aos interesses da classe dominante, na medida em que tira dos estudantes a sua consciência crítica permitindo a manutenção do *status quo* então vigente. Do mesmo pensamento, compartilham Carvalho, Zientarski e Rech (2022) ao descreverem que a militarização das escolas é parte da dominação das elites sobre os pensamentos e controle dos direitos da classe proletária, objetivando continuar o seu jogo de poder e dominação das políticas e do mercado.

E no dia 12 de julho de 2023 o Governo Federal, sobre o comando do presidente Luís Inácio Lula da Silva, informou sobre o encerramento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) (SANTOS; PUTINI, 2023). A justificativa para o encerramento apoia-se no argumento de que desconhecem estudos que atestam a eficácia da militarização para o desempenho dos estudantes, mesmo argumento utilizado por Souza (2023) que ainda aponta a má formação dos militares para lidarem com a educação escolar e uma intimidação aos professores, pela presença de militares nas escolas. De acordo Santos e Putini (2023), o Governo ainda argumenta que o programa é excludente ao não abranger todas as escolas, e também que é muito caro. Ainda segundo as autoras, os estados já foram notificados da decisão, e por enquanto, as escolas militares já implantadas continuarão existindo, com

9 A ordem neoliberal caracteriza-se pela intervenção mínima do Estado na economia pública e nos serviços destinados a população, principalmente a vulneráveis socioeconomicamente; favorecimento do mercado financeiro; contribui para a exclusão social, ampliando a diferença na desigualdade social (PAULA, PEREIRA, GIORDANI, 2023).

autonomia dos estados para decidirem sobre o formato de suas escolas.

De acordo com Cássio (2019), é preciso “desbarbarizar a educação”, promovendo-se debates educacionais mais contundentes, pautados pela ideia de uma escola democrática, inclusiva, laica e que defenda a figura do professor e sua liberdade para ensinar, como forma de proteger a educação brasileira das ameaças que a cerca, representadas por “discursos efficientistas do empresariado e de suas assessorias educacionais”, assim como de interesses políticos e de grupos religiosos conservadores. A intimidação aos professores e o controle intelectual sobre os alunos foi uma atividade exercida na educação pelo Regime Militar, o que demonstra mais uma vez, a semelhança entre a educação proposta pelo governo Bolsonaro, (SOUZA, 2023).

Considerações finais

Identificou-se ao longo desse estudo, que o Governo de Jair Messias Bolsonaro possui fortes semelhanças com os governos militares (1964-1985) que vão muito além da quantidade de ministros militares. Nota-se, que o discurso, e as ideias conservadoras do seu governo poderiam ser retransmitidos aos alunos das escolas cívico-militares por meio de uma proposta para educação baseada no ensino conservador e rígido da educação militar.

Com base nos estudos citados ao longo deste trabalho, infere-se que o bom desempenho dos alunos dos colégios militares e das escolas militarizadas está atrelado a um maior investimento de recursos, humanos e financeiros, por parte do governo nessas instituições. Somado ao fato de que, para ingressar nesses colégios existe uma seleção por meio de provas, onde os mais bem preparados conquistam as vagas, excluindo aqueles que não conseguem um bom desempenho no processo seletivo.

A classe trabalhadora mais uma vez estaria à mercê da política neoliberal, agora com a proposta de dominação, pela elite econômica e política brasileira, não apenas do capital, mas do pensamento e do comportamento social, por meio de uma educação que tem em seu histórico o controle do pensamento e do comportamento dos alunos, através de regras conservadoras e militares.

O trabalho indicou que os estudantes com perfil socioeconômico parecido com o perfil dos alunos dos colégios militares alcançaram resultados parecidos nos testes de proficiência.

Contrariando o discurso pregado pelo Governo Bolsonaro, foi descrito que algumas escolas públicas que possuem investimento parecido com as escolas militares alcançam os mesmos resultados, e por vezes, melhores. Isso demonstra que não é somente a pedagogia aplicada pelas escolas militares que reflete no bom desempenho apresentado por seus estudantes, mas sim maior investimento por aluno, corpo docente qualificado e boa infraestrutura. Além disso, apontou-se que pode haver um prejuízo para os jovens que ainda estão em formação, matriculados nas escolas militares, quando submetidos a regras duras de disciplina e hierarquia militar. Acredita-se com isso que, corre-se o risco de formar um adulto acrítico e conformado com a realidade social que o cerca.

Citando Gadotti (2010), para quem educar não se faz em um curto espaço de tempo, é imperativo que se leve em conta diferentes fatores que interferem na educação e na sua qualidade. Na busca pela qualidade da educação, deve-se lançar mão de outras formas de educar. Uma educação de qualidade é pensada na relação do indivíduo com os outros seres, ou seja, uma educação socioambiental e sociocultural, baseada no cuidado com o outro e com o ambiente. Uma educação de qualidade discute a diversidade cultural e suas manifestações. Dessa forma a educação de qualidade deve ensinar o educando a respeitar o meio ambiente e as pessoas, deve proporcionar a ele uma visão crítica da sociedade.

Em contrapartida, observa-se que não houve, por parte do Governo Bolsonaro, projetos de investimento nas escolas públicas civis, o que demonstra mais uma vez o descompromisso com a educação para todos e em todas as regiões do país, como é preconizado pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Percebeu-se que a política de investimentos nas escolas cívico-militares partiu de um governo que se ancorou na imagem das forças armadas para se autopromover e tentar transmitir uma ideia de força, segurança e seriedade para a sociedade, elementos estes que, de acordo com a sua política, poderiam ser fomentados por meio de um ensino militar. Infere-se também que o projeto de militarização das escolas ao propor a uniformização do ensino e dos comportamentos dos estudantes, neste caso num modelo militar, deixa de se importar com a formação subjetiva do ser humano nos seus aspectos intelectuais, afetivos e críticos. A escola deixaria de ser um espaço de liberdade do pensamento, da diversidade e da inclusão, para ser um espaço de repressão do pensamento e padronização do comportamento, formando pessoas subservientes. Ainda, favorece a segregação, a abertura para o conservadorismo e ideologias do governo Bolsonaro, através de

uma educação militar, apresentada como reparadora de todos os problemas da educação pública, assemelhando-se a educação proposta nos governos Militares.

Referências

ANDREWS, Cristina w.; VRIES, Michiel S. de. Pobreza e Municipalização da Educação: uma análise dos resultados ideb (2005-2009). **Cad. Pesquisa**. São Paulo, v.42, n. 147, p.826-847, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 maio de 2019.

ALESSI, Gil. Plano de Bolsonaro para ‘Desesquerdizar’ a Educação Vai Além da Escola sem Partido. **El País**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880_757085.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ASSAM, Ana Beatriz; GODOY, Marcelo; HOLANDA, Marianna. Ministério terá mais militares do que em 1964. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-militares-no-1-escalao-e-o-maior-desde-1964>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-ANPED. **Nota das entidades nacionais sobre a adoção do modelo de Escolas Cívico-Militares**. 2019. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/news/nota-das-entidades-nacionais-sobre-adocao-do-modelo-de-escolas-civico-militares>>. Acesso em: 20 maio 2019.

BENEVIDES, Alessandra de Araújo; SOARES, Ricardo Brito. Diferencial de Desempenho das Escolas Militares: bons alunos ou boa escola? *Nova Economia*, .v.30, n.1,2020, p.317-343. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/DMBRZv6SgWRkZTfXrKTCKQm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 11 jul. 2023.

BRASIL. Colégios Militares. Ensino Fundamental e médio. **Ministério da Defesa**. Brasília,[ca. 2023]. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/ingresso/colegios-militares/-/asset_publisher/8E9mFznTIAQW/content/ensino-fundamental-e-medio?inheritRedirect=false&redirect=https%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fweb%2Fingresso%2Fcolegios-militares%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_8E9mFznTIAQW%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D2>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivi03/Constituicao/Constituicao.htm>>. Acesso em: 14 abr 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969. **Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.** Brasília, 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 jun 2019.

BRASIL. Decreto Nº 9.665, de 02 de Janeiro de 2019. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.** Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 10.202, DE 9 DE MARÇO DE 1889. **Aprova o Regulamento para o Imperial Collegio Militar.** Rio de Janeiro, 1889. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Governo Federal certifica 43 escolas que aderiram ao Programa das Escolas Cívico-Militares. **Planalto**, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/11/governo-federal-certifica-43-escolas-que-aderiram-ao-programa-das-escolas-civico-militares>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. O que é o Programa Nacional das Escolas Cívico-militares?. **Ministério da Educação**. Brasília, [ca.2020]. Disponível em <<https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/18-o-programa>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 147-156, fev. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000100147&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2019.

CÁSSIO, Fernando. Apresentação Desbarbarizar a educação. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 15-24.

CALÇADE, Paula. Escolas Militares é a saída para Crianças de Comunidades vulneráveis? **Nova Escola**, [S.L.], 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/12249/escola-militar-e-a-saida-para-criancas-de-comunidades-vulneraveis?>>. Acesso em: 18 maio 2019.

CARVALHO, Anderson dos Anjos Pena de; ZIENTARSKI, Clarice; RECH, Hildemar Luiz. *Revista Devir Educação*, Lavras, vol.7, n.1, e-684, 2023.

Escolas cívico-militares: Estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro. **Educação**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, 15 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1981-2582.2022.1.36739>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

DEBATE na Band: reveja na íntegra o 1º confronto entre os presidenciáveis. **Band Jornalismo**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c>. Acesso em: 16 maio 2019.

DIAS, Zenilda Rodrigues; RIBEIRO, Adalberto Carvalho. Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira. **Revista Teias**, [S.l.], v. 22, p. 406-426, dez. 2021. ISSN 1982-0305. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/59634/40325>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do. O pensamento tecnocrático e autoritário na educação brasileira, de 1964 a 1985. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 69, p. 87-99, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8648239>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e Ideologia tecnocrática na Ditadura Militar. **Cadernos Cedes**, [S.l.], v.28, n. 76, p. 333-335, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FRAZÃO, Fernando. Colégios militares não terão corte orçamentário, diz porta-voz. **EXAME**, Estadão Conteúdo, [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/porta-voz-diz-que-colegios-militares-Nao-terao-corte-orcamentario/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

GADOTTI, Moacir. Qualidade na educação: uma nova abordagem. **Produção de terceiros sobre Paulo Freire**; Série Livros, 2010. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=QUALIDADE+NA+EDUCAÇÃO+%3A+UMA+NOVA+ABORDAGEM+Moacir+Gadotti>. Acesso em: 20 maio 2019.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964/1985: um estudo sobre a política educacional**. 1990. 444f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000028838>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUAGLIANONE, Diego. **Escola Militar é a Solução para a Educação Pública?. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas**. [s.n.], [S.l.], 2018. Disponível em: <<http://ubes.org.br/2018/escola-militar-e-a-solucao-para-a-educacao-publica>>. Acesso em: 04 maio 2019.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. **Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu - Universidade
Revista Devir Educação, Lavras, vol.7, n.1, e-684, 2023.

Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019. Disponível em:
<<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5169>>. Acesso em: < 22 abr. 2019.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia Científica. **Atlas**, São Paulo, 5 ed, 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos Reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 jun. 2019.

MESSIAS, Elvis Rezende; DINIZ, Cássio (Orgs.). **Dignidade humana e educação: contribuições interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, 277p. Disponível em: <<https://acervo.uniarp.edu.br/wp-content/uploads/livros/140-Dignidade-humana-e-educacao.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Escolas cívico-militares serão implantadas sob demanda. **Reportagem Especial**, Brasília, 2019. Disponível em: <portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74811-escolas-civico-militares-serao-implantadas-sob-demanda>. Acesso em: 04 jun. 2019.

PAULA, Nilson Maciel de; PEREIRA, Wellington; GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. A COVID-19 em meio a uma “tempestade perfeita” no capitalismo neoliberal: reflexões críticas sobre seus impactos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2023, 36 p. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2023.v28n3/761-770/>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PAULINO, Ana Borges; PEREIRA, Wander. **A Educação no Estado Militar (1964-1985)**. Universidade Federal, [s.n.], [S.I.], 2006. Disponível em: <http://www.lo.unisal.br/nova/sala2008/sala2008_2/textos/educacao_regime.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL ANÁLISE DE DADOS-SEADE. Reforma do Estado. Cadernos do Fórum de São Paulo Século XXI. **Caderno 16**. São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://www3.al.sp.gov.br/historia/forum-XXI/cadernos/Reforma%20do%20Estado.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 127-136.

ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães; ABREU, Alexandre Kerson. O Discurso Pedagógico na Ditadura Militar: Educação Moral e Cívica & Currículo Escolar. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n.2, p. 387-398, 2016, Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15972>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SALDAÑA, Paulo; CARAZZAI, Estelita Hass; GAMBÁ, Estevão; TAKAHASHI, Fábio. *Revista Devir Educação*, Lavras, vol.7, n.1, e-684, 2023.

Escolas militares e colégios civis com o mesmo perfil têm desempenho Similar. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/escolas-militares-e-colegios-civis-com-mesmo-perfil-tem-desempenho-similar.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2019.

SANTOS, Emily. Escolas cívico-militares têm meta, eficácia e desempenho desconhecidos. **G1**, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/12/13/escolas-civico-militares-tem-meta-eficacia-e-desempenho-desconhecidos-veja-6-pontos-sobre-a-bandeira-de-bolsonaro-na-educacao.ghtml>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SANTOS, Emily; PUTINI, Júlia. Escolas cívico-militares: decisão do governo é pouco efetiva e não acaba com militarização, dizem especialistas. **G1 Educação**, [S.l.], 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/13/escolas-civico-militares-decisao-do-governo-e-pouco-efetiva-e-nao-acaba-com-militarizacao-dizem-especialistas.ghtml>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; MARTINS, Francini Scheid; SANTOS, Iaçana Pauvelz dos. PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O BRASIL? **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora Vol. 27, Fluxo Contínuo, 2022, p. 1-16. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/download/36306/25457>>. Acesso em 13 jul. 2023.

SILVA, Gabriele. Tudo sobre o Colégio Militar. **Educa Mais Brasil**, [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/tudo-sobre-o-colegio-militar>>. Acesso em: 16 maio 2019.

SOUZA, Murilo. Projeto revoga programa de escolas cívico-militares do governo Bolsonaro. **Agência Câmara de Notícias**, Câmara dos deputados, Brasília, 2023. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/944526-projeto-revoga-programa-de-escolas-civico-militares-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SPAUTZ, Dagmara. **Escolas federais custam menos que as militares e têm desempenho superior no Enem**. [S.l.]. Nscototal, 2019. Disponível em: <<https://www.nscototal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/escolas-federais-custam-menos-que-as-militares-e-tem-desempenho-superior>>. Acesso em: 23 maio 2019.

STAMPA, Inez; RAMOS, Moacyr Salles. Subversão e Resistência Docente: notas sobre a ditadura militar e o Programa Escola sem Partido. **Espaço do Currículo**, [S.l.], v.9, n.2, p.249-270, 2019. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SUBVERS%C3%83O+E+RESIST%C3%84NCIA+DOCENTE%3A+notas+sobre+a+ditadura+militar+e+o+++Programa+Escola+sem+Partido+&btnG>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VIANA, Giomar, LIMA, Jandir Ferrera. Capital Humano e Crescimento Econômico. **Interações**. [S.l.], V11.n. 12, p. 137-148, 2010. Disponível em: <http://www.lo.unisal.br/nova/sala2008/sala2008_2/textos/educacao_regime.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

WESTIN, Ricardo. Militarização de colégio público divide opiniões. **Jornal do Senado**, Brasília, Ano XIV, No 679, p. 08, 2019. Disponível em:< <https://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/2019/06/11/jornal.pdf#page=8>>. Acesso em: 23 maio 2019.

Recebido: abril/2023.

Publicado: julho/2023.